



[Recensão a] ANTUNES, JOÃO LOBO. A Nova Medicina

Autor(es): Diogo, João Emanuel

Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/29457>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0872-0851_42_13

Accessed : 19-Apr-2024 21:00:41

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



REVISTA
FILOSÓFICA
DE
COIMBRA

vol. 21 - número 42 - outubro 2012

vol. 21 - número 42 - outubro 2012

Fundação Eng. António de Almeida



núcleo duro da vontade “ut voluntas” pois apenas elas atendem ao objeto da vontade enquanto tal. Quer dizer: só elas atendem ao bem em si – ao intrinsecamente justo, ao caminho essencialmente recto” (p. 215). O apartado quinto e último é uma breve conclusão (pp. 127-130), que sintetiza e sistematiza, em tópicos, as doutrinas expostas e a tese essencial da interpretação do autor sobre Escoto, a propósito da radicalidade da vontade na constituição do humano: “Quero, logo sou existência. Quero existencialmente, logo sou capaz de desinteressar-me de mim, para aceder ao bem em si. Sou capaz de visar o objeto que constitui o meu âmbito enquanto humano, transcendendo a natureza e a sua inerente ‘incurvatio’. O âmbito daquilo que me constitui não se abre no encurvamento (fechamento) de si. De facto, abre-se de cada vez que não ajo de acordo com a inclinação natural e quero o transcendente ao natural – o bem em si” (pp. 129-130).

Não sendo original na temática – como o prova a literatura secundária que o autor refere em Bibliografia – a abordagem é-o sim no princípio heurístico de que se serve, a saber o itinerário traçado a partir do conceito de ‘natura curva’, para identificar o humano no homem em Duns Escoto. O autor discute ainda oportunamente a sua interpretação com a de alguns dos principais especialistas no estudo de Duns Escoto, de modo a vincar a originalidade da sua leitura por um lado, e o radical poder de desvinculação da natureza atribuída por Duns Escoto à vontade, por outro.

No universo restrito dos estudos de Filosofia Medieval publicados em Português e em Portugal, a obra de Diogo Morais Barbosa agora vinda a público é um contributo inestimável para o estudo da complexa obra e doutrina de Duns Escoto, nomeadamente para a compreensão do papel central que ocupam as noções de *voluntas* e de *natura* na antropologia do Doutor Subtil.

Paula Oliveira e Silva

ANTUNES, JOÃO LOBO. *A Nova Medicina*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012, 88p.

Num tom ligeiro e informativo, traço característico que a colecção de ensaios da Fundação Francisco Manuel dos Santos imprime aos trabalhos que publica, João Lobo Antunes revisita muitos dos temas dispersos em outros ensaios, tentando dar ao leitor uma visão simples mas informada dos grandes desafios que a Medicina enfrenta nos dias de hoje. O leitor não encontrará neste livro grandes elaborações teóricas mas, sobretudo, o reconhecimento dos problemas que hoje em dia médicos e, sublinhemos, não médicos, têm de enfrentar.

Mesmo reconhecendo os ganhos de saúde que o progresso científico e tecnológico, bem como os factores económico-sociais, criaram, com exemplos fla-

grantes em Portugal como o aumento da esperança média de vida e a diminuição da mortalidade infantil, não deixa igualmente de reconhecer que essa melhoria não é globalizada, apontando a diferença entre a sociedade “ocidental” e outras sociedades em que a medicina ainda não é factor, ela mesma, de melhorias sociais.

Nas sociedades “ocidentais” a medicina melhorou graças aos avanços de várias ciências, mas também ao avanço tecnológico a que temos assistido. Assim, o autor sublinha a “necessidade de uma adaptação «darwiniana» ao avanço científico e tecnológico, a uma nova ecologia económica, social e até moral, e, certamente, a outras exigências de uma população cada vez mais informada sobre o poder da arte médica» (p.10).

Ora, é precisamente esta necessidade de adaptação que nos sugere uma paradoxal atitude perante a medicina, que nunca é resolvida, pois estamos *em processo de adaptação*, caindo a medicina nos dois lados do paradoxo: de um lado, a medicina baseada no doente, que segue uma longa linhagem que surge nos finais do século XIX com William Osler (que o autor cita várias vezes), até à chamada Medicina Narrativa de Rita Charon, e que procura “conhecer o doente que tem a doença mais do que conhecer a doença que o doente tem” (p. 11: citação do próprio Osler); do outro lado, uma medicina baseada na doença, onde esta se dá a conhecer na imagem, na bateria de exames que o suporte tecnológico possibilita, sem a necessidade do doente intervir para que o médico possa fazer um diagnóstico.

Torna-se tanto mais paradoxal quando sabemos que a evolução da noção de saúde, que o médico deve cuidar, tem evoluído para um “estado dinâmico de bem-estar – caracterizado por um potencial físico e mental que satisfaz as necessidades vitais de acordo com a idade, cultura, e responsabilidade individual” (p. 12: citação de J. Bircher). É a partir daqui que os objectivos da medicina são então definidos: 1. “manter os cidadãos em boa forma; 2. “prevenção e a cura da doença”; 3. “promover e melhorar a qualidade de vida, especialmente aliviando a dor e o sofrimento”; 4. “salvar e prolongar a vida especialmente prevenindo a morte prematura”; 5. “ajudar o doente a tolerar melhor a sua situação de deficiência, contribuindo para promover e preservar a sua autonomia e independência”; 6. “promover o crescimento e desenvolvimento normal da criança” (pp. 13-14), apostando por isso numa *medicina quase individual* (como o autor refere: uma utopia possível: a medicina personalizada, p. 68).

Acresce a isso que novas formas de fazer medicina são potenciadas pelas novas tecnologias (quer em tecnologias médicas de suporte de vida, de diagnóstico e cirúrgicas, quer em testes genéticos de diagnóstico, de avaliação do risco, e detecção de predisposição para a doença) e pela singularidade biológica do homem: a medicina preditiva, sobretudo os grandes avanços na área da genética; a medicina de melhoramentos (*enhancement*) quer estrutural (manipulação genética, por exemplo) quer funcional (desenvolvimento de uma qualidade específica do homem). Não é demais referir todas as implicações bioéticas

que tais medicinas transportam consigo, e que ainda não são suficientemente discutidas entre nós.

Se é a partir deste paradigma de saúde que se propõem os objectivos da medicina, não se compreenderá portanto, o paradoxo entre uma medicina mais fria e técnico-científica, sublinhada pela especialização, subespecialização, sub-subespecialização, e aquilo que o autor chama de “arte prudencial aristotélica” (p. 37), que, no fundo, o autor defende, como uma filosofia em acção.

Assim, parece-nos destacada a encruzilhada da medicina: com todos os meios que agora estão ao dispor dos médicos, mas também dos doentes (de referir que a informação e a cada vez maior autonomia dos doentes é só por si um desafio à medicina: “antigamente, o fluxo de informação era unidireccional e o conhecimento estava quase exclusivamente na posse dos médicos. Agora a informação é partilhada e rapidamente acessível”, p. 44), será de supor que a medicina se tornará cada vez mais *especializada*, não na doença, mas sim no *doente*, mas tal ainda não acontece.

O facto de ainda encontrarmos na prática o paradoxo é sinal, quanto a nós, da adaptação que o autor refere. Precisamos, portanto, de reflexões cada vez mais interessadas na *medicina* e nos seus caminhos, que este livro apenas entreabre, pois é só nesse caminho reflexivo que se podem pôr os alicerces desse novo mundo e dessa nova medicina que, afinal, a todos nos interessa.

João Emanuel Diogo

GOMES, João Pereira. *Jesuitas. Ciência e Cultura no Portugal Moderno. Obra Selecta de Pe. João Pereira Gomes, S.J.*, org. por Henrique Leitão & José Eduardo Franco, Lisboa: Esfera do Caos Editores (Coleção Ciências da Cultura), 2012, pp. 349.

Num país alegadamente marcado pela «não-inscrição» resulta sobremaneira enigmático o facto de a sua história estar seccionada por «inscrições» que perduram aparentemente sem razão de ser. Uma delas, ligada ao antijesuitismo - e recentemente muito bem tratada pelo segundo dos organizadores do presente volume de recolha de estudos do erudito jesuíta João Pereira Gomes (1917-2002) – garante-nos que entre nós a modernidade se deve exclusivamente à reforma educativa universitária do Marquês de Pombal em fecunda oposição a um de-pauperado e calamitoso estado escolástico, qual o do ensino e das obras dos Padres da Companhia de Jesus. Trabalhando no silêncio dos arquivos e com a paciência e o vagar da discrição João Pereira Gomes foi um dos que entre nós mais lutou contra este mito e preconceito que infelizmente ainda se propala. Uma parte do seu trabalho (vd. pp. 347-49), que se encontrava disperso, acaba de ser